

Corte de gastos e mais impostos

VLADIMIR GRAMACHO E
SÍLVIA MUGNATTO

BRASÍLIA – Técnicos e analistas de dentro e de fora do governo vêem como inevitável, para breve, um ajuste fiscal severo – leiam-se cortes profundos nos gastos públicos e aumentos nos impostos – para que o próximo governo garanta a meta de superávit primário (receitas maiores que despesas, sem levar em conta pagamento de juros) de US\$ 18 bilhões, ou 2% do PIB em 1999, necessária para a manutenção da estabilidade. Tão inevitável quanto o ajuste é a sua consequência: crescimento econômico menor ou até mesmo retração, pelo menos no primeiro ano do segundo mandato de FH.

O economista Raul Velloso, um especialista em contas públicas afiado com o governo, acredita que o país “tem que fazer o dever de casa o mais rápido possível para não deixar que o FMI dite as regras”. Velloso teme que a direção do fundo exija do Brasil, além do ajuste fiscal, altas taxas de juros para preservar a atratividade do país aos olhos dos investidores internacionais.

As cegas – Segundo Raul Velloso, a conjuntura econômica criou uma situação “tão difícil” que “fica fácil” promover os cortes. “Tem que ser quase às cegas. Não tem como escolher onde cortar”, diz o economista. Ao lado dos cortes, Velloso estima em pelo menos R\$ 5 bilhões o aumento de impostos.

O que ainda não se tem é a confirmação e as condições do esperado auxílio externo, sem o qual fica difícil defender as reservas em dólar do país e muito mais difícil fazer voltar as taxas de juros ao patamar de 20% ao ano. O economista Fábio Giambiagi, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), acredita na chegada próxima da ajuda internacional. “Os juros poderão estar em 25% no início do ano que vem, facilitando o ajuste fiscal. Mas se o plano do governo não gerar confiança, estaremos numa crise cambial”, diz Giambiagi.

Compensação – O aumento de impostos, cujo debate já foi admitido pelo presidente FH, serviria para compensar a queda de arrecadação provocada pelo desaquecimento da econo-

mia. Como as fontes tributárias ligadas à produção (ICMS, IPI, ISS, PIS e Cofins) deverão secar no ano que vem, o governo trabalha com a possibilidade de elevar as receitas de outros impostos, como o Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Recessão – O diretor de Análise Econômica do Banco BMC, Marcelo Allain, acredita que o país dificilmente terá crescimento expressivo em 1999. “Espero algo em torno de zero, ou até recessão”, diz. Mais otimista, o representante do Banco Mundial no Brasil, Gobind Nankani, espera que a ajuda externa permita ao país crescer 1% em 1999. “Se o ajuste fiscal der certo, o Brasil poderá voltar a crescer 4% a partir do ano 2000”, apostou Nankani.